



Eixo 3 - Formação e identidade profissional

## Formação para o ingresso na pós-graduação como estratégia de justiça informacional: análise da iniciativa Umaniza-Pós

*Training for Graduate Admission as an Informational Justice Strategy: An Analysis of the Umaniza-Pós Initiative*

**Nicoli Fabiani Gomes Pereira** – Universidade Federal do Pará (UFPA) –  
nicklgpereira@gmail.com

**Maria Cileia Tavares da Silva** – Universidade Federal do Pará (UFPA) –  
tavarescileia@gmail.com

**Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva** – Universidade Federal do Pará (UFPA) –  
francigarces@yahoo.com.br

**Resumo:** O artigo discute o conceito de justiça informacional como estratégia para enfrentar desigualdades no acesso à pós-graduação, marcada por processos seletivos complexos que funcionam como dispositivos de regulação estrutural e simbólica. Relata a experiência do “Umaniza-Pós: formação para ingresso na pós-graduação”, voltada à capacitação de pessoas historicamente marginalizadas. A formação ocorreu em sete encontros, entre janeiro e fevereiro de 2026, na Biblioteca Central de uma universidade federal do norte do país. Conclui-se que a iniciativa promove justiça informacional ao ampliar oportunidades, fortalecer a leitura crítica e apoiar trajetórias acadêmicas diversas.

**Palavras-chave:** Justiça informacional. Pós-Graduação. Capacitação. Formação continuada. Projeto de extensão.

**Abstract:** The article examines informational justice as a strategy to address inequalities in access to graduate education, where complex selection processes act as structural and symbolic regulatory mechanisms. It reports the experience of “Umaniza-Pós: training for entry into graduate studies,” designed to support historically marginalized individuals. The program consisted of seven sessions held between January and February 2026 at the Central Library of a federal university in northern Brazil. The study concludes that the initiative promotes informational justice by expanding opportunities, strengthening critical reading, and supporting diverse academic trajectories.



**Keywords:** Informational Justice. Graduate Education. Training. Continuing Education. Extension Project.

## 1 INTRODUÇÃO

Justiça informacional é um conceito ético e político multifacetado que diz respeito ao tratamento justo e equitativo de indivíduos e comunidades em relação à criação, acesso, distribuição, uso e representação da informação (Mathiesen, 2015; Silva *et al.*, 2023a). Como estrutura teórica e agenda prática, a justiça informacional se baseia em teorias mais amplas de justiça social, direitos humanos, ética da informação e estudos críticos da informação para interrogar e corrigir as desigualdades sistêmicas que permeiam os ecossistemas e ambientes de informação. Dentre as desigualdades encontradas, encontramos aquela referente ao ingresso no ambiente universitário, sobretudo quando abordamos o ingresso à pós-graduação.

O ingresso na pós-graduação *stricto sensu* no Brasil caracteriza-se, em grande medida, por processos seletivos de elevada complexidade, os quais operam simultaneamente como dispositivos estruturais e simbólicos de regulação do acesso. Tais mecanismos tendem a produzir assimetrias no percurso formativo de candidatas e candidatos, sobretudo daquelas recém-egressas da graduação ou que se encontram afastadas do ambiente universitário há um longo período, configurando entraves à ampliação e à democratização do espaço acadêmico (CAPES, 2024).

Nesse contexto, a compreensão das etapas que compõem os processos seletivos que inclui análise de currículo, provas escritas, entrevistas e avaliação de projetos demanda familiaridade prévia com normas, dinâmicas institucionais e códigos próprios do campo científico. A elaboração de projetos de pesquisa, por sua vez, exige domínio de referenciais teórico-metodológicos, capacidade de problematização consistente e adequação às linhas de pesquisa dos programas pretendidos. Soma-se a isso a exigência de proficiência em línguas estrangeiras, frequentemente requerida como critério eliminatório, bem como o domínio das convenções da escrita acadêmica, pautadas por normas técnicas e por estilos discursivos específicos da comunicação científica. Desse modo, tais requisitos configuram-se como desafios centrais enfrentados por pessoas candidatas à pós-graduação, o que traz a necessidade de políticas e estratégias formativas que promovam maior equidade no acesso e na permanência no âmbito da



pesquisa científica. Parte daí, o entendimento da necessidade de capacitações para pessoas graduadas e formações para pessoas em fases finais de sua graduação para que apreendam sobre o funcionamento da pós-graduação e se preparem para essas etapas. Quando nos voltamos a pessoas candidatas a programas de pós-graduação autodeclaradas como indígenas, quilombolas, pretas e pardas, de outros Povos e Comunidades Tradicionais, trans (travestis e transexuais), migrantes solicitantes de refúgio e/ou visto humanitário e refugiados(as), Pessoas com Deficiência e em situação de vulnerabilidade social, essa necessidade se aprofunda, haja vista que o histórico político, social e educacional brasileiro relevou muitos desses grupos às margens.

Assim, entendemos que a justiça informacional é um compromisso a ser adotado pela Biblioteconomia, sobretudo, porque um de seus princípios determina o que a prática profissional deve combater “injustiças sociais, econômicas, políticas, educacionais, representacionais”, assim como necessita “capacitar e emancipar comunidades vulneráveis em informação” (Silva *et al.*, 2023b, p. 138).

Com base nesse princípio, o objetivo deste texto é relatar a experiência do “Umaniza-Pós: formação para ingresso na pós-graduação” como um instrumento de justiça informacional. Esta é uma ação de extensão que aplicou uma metodologia criada para auxiliar às pessoas candidatas a ingressarem na pós-graduação.

Projetos de extensão universitária, a exemplo do Umaniza-Pós, fundamentam-se na necessidade de enfrentamento da vulnerabilidade informacional que incide, de maneira mais acentuada, sobre sujeitos que não dispõem de recursos financeiros para custear serviços de assessoria especializada voltados ao ingresso na pós-graduação *stricto sensu*. Tais iniciativas configuram-se como estratégias de mediação informacional, ao promoverem o desenvolvimento e o fortalecimento de competências em informação (Alves, 2023; Zattar, 2017), de forma a contribuir para a redução de assimetrias no acesso aos bens simbólicos e institucionais do campo científico (Garcês-da-Silva *et al.*, 2022)

Sob essa perspectiva, a competência em informação é compreendida como um constructo multidimensional que articula conhecimentos, habilidades e atitudes mobilizados de forma integrada em práticas sociais situadas. Trata-se de uma competência que possibilita ao sujeito reconhecer necessidades informacionais em distintos contextos, bem como localizar, selecionar, avaliar criticamente e utilizar a



informação de maneira eficaz, ética e socialmente responsável, especialmente no âmbito das comunidades de aprendizagem e produção do conhecimento (Zattar, 2017).

O desenvolvimento dessas competências favorece, ademais, a preparação dos sujeitos para acessar, buscar, organizar, reter, compreender, gerir, disseminar e interpretar informações em ambientes acadêmicos complexos. Nesse sentido, contribui para que se sintam aptos a responder às demandas específicas da pós-graduação, tais como elaboração de projetos, produção textual científica e interlocução com referenciais teóricos especializados com vistas a ampliar suas condições de inserção e permanência no sistema de pesquisa (Alves, 2023; Zattar, 2017).

O projeto em questão encontra-se alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente no que concerne ao ODS 4, que visa assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas. Ademais, articula-se ao ODS 10, direcionado à redução das desigualdades intra e interpaíses, e ao ODS 18, objetivo voluntário proposto pelo Brasil, que enfatiza a promoção da igualdade étnico-racial em diferentes esferas sociais, o que inclui bibliotecas, universidades e demais espaços informacionais e educacionais (Brasil, 2024).

No que se refere ao ODS 18, observamos a persistência de assimetrias na composição do corpo discente da pós-graduação brasileira, com sub-representação de pessoas negras, indígenas, mulheres e pessoas com deficiência (Brasil, 2023). Tal cenário evidencia a necessidade de políticas e ações afirmativas que promovam equidade no acesso e na permanência nesses espaços. Nesse contexto, o projeto propõe-se a contribuir para a mitigação dessas desigualdades históricas, ao ofertar formação direcionada a públicos socialmente vulnerabilizados como estratégia de enfrentamento das barreiras estruturais que atravessam o sistema científico, ao mesmo tempo em que aplica a justiça informacional.

Por fim, ressaltamos que projetos de extensão universitária desempenham papel central no cumprimento da função social da universidade pública, ao articularem princípios de justiça informacional (Mathiesen, 2015) e justiça social. Ao promoverem a democratização do acesso à informação e ao conhecimento científico, tais iniciativas



materializam a responsabilidade social das instituições de ensino superior e reafirmam a devolutiva à sociedade dos recursos públicos investidos na educação superior.

## 2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, a formação foi realizada em sete encontros, ocorridos entre janeiro e fevereiro de 2026, na Biblioteca Central de uma Universidade Federal do Norte do país. A inscrição das pessoas candidatas ocorreu via formulário do *Google Forms*, de forma gratuita, e a metodologia de ensino foi aplicada por módulos específicos dentro do curso. Além da comunidade graduada em geral, o enfoque principal esteve em pessoas candidatas a programas de pós-graduação que fossem autodeclaradas como indígenas, quilombolas, pretas e pardas, de outros Povos e Comunidades Tradicionais, trans (travestis e transexuais), migrantes solicitantes de refúgio e/ou visto humanitário e refugiados(as), Pessoas com Deficiência e em situação de vulnerabilidade social. Ao total, foram 105 pessoas inscritas no curso. Ao final de cada dia de formação, via formulário de controle de presença, foram realizadas perguntas sobre as dificuldades encontradas pelas pessoas cursantes.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que se refere ao perfil das pessoas inscritas, obtivemos um total de 105 participantes, com predominância do estado do Pará (81). As demais inscrições distribuíram-se entre Maranhão (6), Rio de Janeiro (4), Rio Grande do Sul (4), Rondônia (5), Bahia (2), Tocantins (1), Santa Catarina (1) e Distrito Federal (1). Em termos de pertencimento étnico-racial, a maior incidência foi de pessoas autodeclaradas pardas (49), seguidas de pessoas pretas (34) e brancas (22). Quanto à identidade de gênero, as mulheres cisgênero constituíram a maioria (79), seguidas por homens cisgênero (24), um homem trans e uma pessoa de gênero fluido. Esses dados evidenciam tanto a capilaridade territorial da iniciativa quanto sua relevância para públicos historicamente sub-representados nos espaços de formação avançada.

A metodologia de ensino da formação foi estabelecida em módulos temáticos articulados a uma proposta formativa centrada no desenvolvimento de competências informacionais e acadêmicas necessárias ao ingresso na pós-graduação *stricto sensu*. No



primeiro módulo, foram apresentados os pré-requisitos formais para candidatura, tais como titulação em nível superior, proficiência em línguas estrangeiras e cadastro atualizado na Plataforma Lattes. Nesse momento, também se abordaram as modalidades de pós-graduação e suas especificidades. Em seguida, foi discutida a definição do tema de pesquisa, considerando a área do conhecimento e a aderência às linhas de pesquisa dos programas pretendidos. As pessoas participantes foram orientadas a analisar programas de pós-graduação a partir de critérios como áreas de concentração, linhas de pesquisa e perfil do corpo docente (permanente e colaborador), em que, para tal análise, foi disponibilizado instrumento específico para sistematização dessas informações.

Ainda no primeiro módulo, enfatizamos a leitura analítica do edital como outra etapa do processo seletivo. As pessoas candidatas foram orientadas a elaborar um “edital simplificado”, com vistas à organização de prazos, requisitos e etapas avaliativas, de modo a favorecer a gestão do tempo e a compreensão dos critérios estabelecidos.

O segundo módulo concentrou-se na preparação estratégica para o ingresso na pós-graduação. Foram discutidas práticas de planejamento profissional, contemplando metas de curto, médio e longo prazo para a trajetória acadêmica. Como instrumento pedagógico, propôs-se a elaboração de cronograma de estudos alinhado às etapas do processo seletivo, com detalhamento de atividades e metas necessárias ao êxito. Ademais, foram abordadas orientações para organização do Currículo Lattes, o que incluiu a sistematização de informações e a reunião da documentação comprobatória exigida.

No módulo subsequente, foram trabalhados os elementos estruturantes do projeto de pesquisa com as especificidades institucionais de cada programa. As pessoas participantes foram orientadas quanto à formulação do problema de pesquisa, hipótese, objetivos geral e específicos, justificativa, fundamentação teórico-conceitual, delineamento metodológico, resultados esperados e cronograma de execução.

Por fim, foram abordadas as etapas avaliativas do processo seletivo, desde a prova escrita, exame de proficiência em língua estrangeira e até entrevista com banca examinadora, com ênfase em estratégias de preparação e desempenho. Ao término da formação, 57 pessoas concluíram o curso com, no mínimo, 75% de aproveitamento, recebendo certificação. A continuidade do projeto ao longo de 2026 reafirma seu



compromisso com a justiça informacional com a ampliação do acesso à pós-graduação e com o fortalecimento de trajetórias acadêmicas socialmente diversas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O relato e análise da iniciativa de extensão, Umaniza-Pós, permite-nos identificar seu potencial estratégico para a democratização do acesso à pós-graduação stricto sensu, bem como pode ser entendido um instrumento de justiça informacional que pode ser replicado em vários espaços educacionais e informacionais. Particularmente, o Umaniza-Pós desta edição se voltou a atender um público majoritariamente oriundo da região Norte do Brasil e composto, em grande medida, por mulheres cisgênero e pessoas autodeclaradas pardas e pretas. Tal configuração evidencia a relevância social do projeto no enfrentamento de desigualdades históricas que marcam o acesso à formação acadêmica avançada, o que contribui para a ampliação da diversidade no campo científico e, prospectivamente, para a qualificação e diversificação do corpo docente no ensino superior.

Sob a perspectiva metodológica, a organização modular do curso demonstrou consistência pedagógica ao integrar dimensões informacionais, estratégicas e operacionais inerentes aos processos seletivos da pós-graduação. A centralidade conferida à leitura e análise crítica de editais, à investigação sistemática de programas e linhas de pesquisa, à organização do Currículo Lattes e à elaboração do projeto de pesquisa revela alinhamento com os pressupostos da competência em informação, ao mesmo tempo que busca dirimir injustiças sociais e informacionais históricas. Tal abordagem favorece o desenvolvimento de habilidades relacionadas à identificação de necessidades informacionais, à busca, avaliação, organização e uso ético da informação em contextos acadêmico-científicos.

Adicionalmente, o incentivo ao planejamento profissional e à construção de cronogramas de estudo reforça a dimensão estratégica da formação, ao fomentar a autonomia informacional e acadêmica das pessoas participantes. Desse modo, a iniciativa contribui não apenas para o preparo técnico para o ingresso na pós-graduação, mas também para a oferta de oportunidades que culminarão na permanência e no êxito



de pessoas historicamente marginalizadas em ambientes de produção do conhecimento científico.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Paula Meneses. Competência em informação: ativo para uma sociedade em constante transformação digital. **Código 31**, Belo Horizonte, v.1, n. 2, p. 103-111, jul./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.70493/cod31.v1i2.9785>.

BRASIL. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 18**: Conheça o novo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ministério da Igualdade Racial, 2024. Disponível em: [ODS 18 - Igualdade Étnico-Racial — Ministério da Igualdade Racial](#). Acesso em: 21 mar. 2026.

BRASIL. **Resolução nº 02/CNODS, de 20 de dezembro de 2023**. Institui a Câmara Temática para o Décimo Oitavo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável sobre Igualdade Étnico-Racial na Agenda 2030. Brasília, 2023. Disponível em: [PDF 00030.000551/2024-00](#). Acesso em: 20 abr. 2026.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório do grupo de trabalho equidade e redução de assimetrias na pós-graduação**. Brasília: CAPES, 2024. Disponível em: [24122024\\_Relatorio\\_2517752\\_23.12.2024\\_GT\\_Equidade\\_e\\_Assimetrias\\_DOI.pdf](#). Acesso em: 20 mar. 2026.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; MARINO FILHO, Armando; MONTEIRO, Patricia Verlingue Ramires; SILVA, Silvia Maria Cintra da. O sofrimento e o adoecimento psíquico na pósgraduação: a unidade afetivo-cognitiva. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 31, n. 1, p. 1-29, jan./mar. 2024. DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2229v31n1.2024.14>.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Justiça social e população negra: um olhar teórico-crítico para Competência em Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.27, n.2, p. 129-162, 2022. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/40060>

MATHIESEN, Kay. Informational justice: A conceptual framework for social justice in library and information services. **Library Trends**, [s.l.], v. 64, n. 2, p. 198-225, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0044> Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/610076>.

SILVA, Franciéle Garcês da; GARCEZ, Dirnéle; SILVA, Leyde; RUFINO, Priscila; ALVES, Ana Paula. Princípios da Justiça informacional. In: LIMA, Izabel; MOURA, Maria Aparecida. (org.). **Informação, estudos étnico-raciais, gênero e diversidades**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2023a.

SILVA, Silvia Maria Cintra da Silva; ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino; PEGARARO, Renata Fabiana; MIRANDA, Gilberto José; BARBOSA E SILVA, Leonardo. Motivos para o



ingresso na pós-graduação stricto sensu – uma pesquisa com estudantes de uma IES pública. **Psicologia Escolar e Educacional**, [s.l.], v. 27, p. 1-12, 2023b. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-250905>

ZATTAR, Marianna. Competência em Mídia e em Informação no ensino em Biblioteconomia: um breve relato de experiência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 272-279, jan./jul. 2017.

